Dissertação-modelo

Caminhos para a universalização do saneamento básico no Brasil

Uma realidade distópica fica evidente quando se discute a crise do saneamento básico no Brasil, um país que detém 12% de toda a água doce do planeta, e que, apesar disso, conta aproximadamente 100 milhões de pessoas sem acesso à coleta de esgoto e 35 milhões sem acesso à água tratada – isso, segundo o Instituto Trata Brasil, em levantamento de 2022. Dois motivos, em especial, embargam a solução do problema: a insuficiência de investimentos adequados e sustentáveis, e a desatenção à legislação, o que tem levado pessoas à doenças e até mesmo à morte. É certo: os direitos humanitários estão passando de largo.

Nesse sentido, é indiscutível a situação de vulnerabilidade social que grassa o país. A OMS, em relatório firmado em 2020, estimou que anualmente 15 mil pessoas morram e 350 mil sejam internadas no Brasil devido a doenças ligadas à precariedade do saneamento básico. Ora, quando a União, os Estados, o DF ou os Municípios, por quaisquer motivos, procrastinam as medidas para a efetivação da infraestrutura sanitária, deixam a população susceptível a doenças e à estagnação social, pressupostos para a perpetuação da pobreza, da exclusão e da mortalidade. É preciso anotar o descaso com os direitos assegurados constitucionalmente, entre os quais a moradia, com condições dignas de habitação, daí implicado o saneamento básico – isso é garantia à cidadania.

Ademais, o Brasil, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, está na retaguarda do desenvolvimento, no que seja pertinente aos serviços sanitários mais básicos. A OMS registra que países como Chile e Uruguai têm demonstrado melhores índices de cobertura desses serviços do que o Brasil. O Chile já alcançou quase a universalização do acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, graças a investimentos da iniciativa privada, o que deve, havendo vontade política, ser absorvido por nós, brasileiros, a fim de que compromissos e metas já firmados – por exemplo o Marco do Saneamento, de 2020 – possam ser atingidos.

Assim, é preciso haver uma mudança de paradigma, a fim de que a vontade política e a alocação de investimentos sejam vistas como imperativas para o bem-estar social e o crescimento sustentável. Ações governamentais coordenadas, parcerias público-privadas e planejamento estratégico devem ser mobilizados para acelerar o processo de universalização do saneamento. Além disso, a participação da sociedade civil é fundamental não só para requerer mudanças, como também para fiscalizar a aplicação de recursos financeiros, o que, em tese, garantirá a execução das construções sanitárias. Isso feito, haverá transformação da realidade distópica do Brasil, país que teima em se firmar "de todos".

Por Gislaine Buosi